



A Previdência Social e o Censo 2000: Perfil dos Idosos

Rafael Liberal Ferreira de Santana
Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários
Geíse de Castro Pouchain
Coordenadora da Secretaria de Previdência Social
Luciano Fávoro Bissi
Coordenador da Secretaria de Previdência Social

Este artigo tem como objetivo apresentar os principais resultados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) acerca do perfil dos idosos brasileiros (acima de 60 anos), de acordo com o Censo 2000¹, além de outras informações que relacionam a Previdência Social e o público desta faixa etária.

O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) está estruturado segundo os princípios do modelo de repartição simples, isto é, os atuais trabalhadores da ativa financiam os atuais inativos contando que, no futuro, outra geração de trabalhadores sustente a sua inatividade. Em um modelo como este, é de fundamental importância o acompanhamento da evolução demográfica para que eventuais propostas de ajuste ou de reforma sejam implementadas segundo critérios condizentes com a realidade.

1. Evolução Demográfica e Previdência Social – Principais Aspectos

1.1. Envelhecimento Populacional – Os Dados do Censo 2000

Atualmente, os idosos no Brasil representam 8,6% da população, o que equivale a um contingente de 14,5 milhões de pessoas. Em relação a 1991, houve um crescimento de 35,5% na quantidade total de pessoas idosas. Naquele ano, a proporção desse segmento na população total era igual a 7,3% (tabela 1).

TABELA 1
População Total por Faixa Etária (1991-2000)

	1991	2000	Var. % 00/91
TOTAL	146.825.475	169.799.170	15,6%
0 a 14 anos	50.988.432	50.266.122	- 1,4%
15 a 59 anos	85.114.338	104.997.019	23,4%
60 anos ou mais	10.722.705	14.536.029	35,6%
% 60 anos ou mais / TOTAL	7,3%	8,6%	-

Fontes: Censos 1991 e 2000, IBGE.
Elaboração: SPS/MPAS

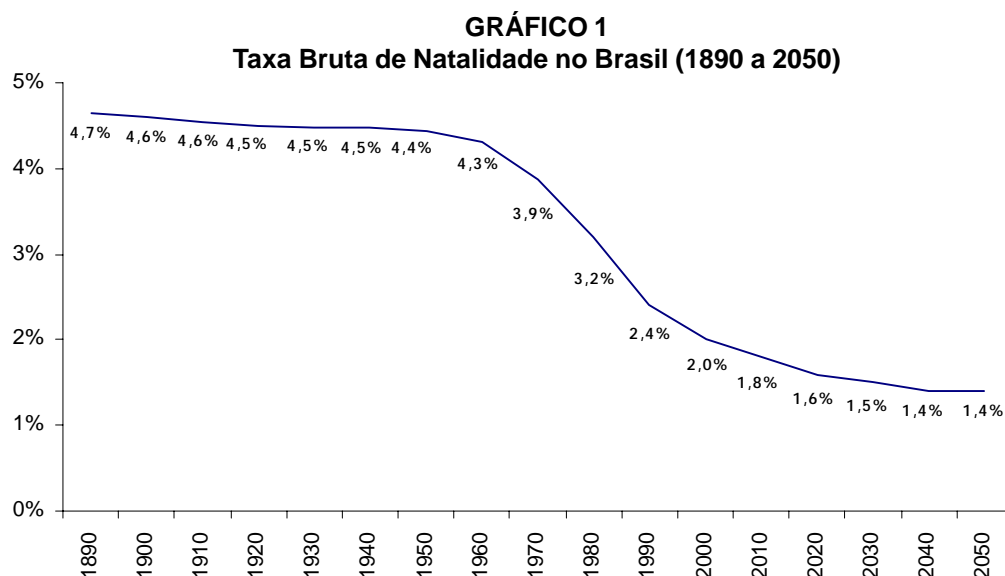
¹ Os resultados apresentados estão, em sua maioria, baseados na publicação "Perfil dos Idosos Responsáveis pelos Domicílios no Brasil - 2000", n.º 09 da série Estudos & Pesquisas / Informação Demográfica e Socioeconômica / IBGE, 2002. O conceito de idoso, de acordo com a Organização Mundial da Saúde - OMS, inclui as pessoas com idade superior a 60 anos de idade para países em desenvolvimento e 65 anos para países desenvolvidos. No Brasil, a Lei n.º 8.842, de 04 de janeiro de 1994, define como idoso a pessoa com idade superior a 60 anos.



No ano 2000, a U.S. Census Bureau estimou que, de 77 países com mais de 10 milhões de habitantes, 65 apresentarão aumento da expectativa de vida ao nascer em 2010, entre eles o Brasil. Os outros 12 países encontram-se no continente africano.

O aumento do contingente de idosos deve-se basicamente a dois fatores: a diminuição da taxa de natalidade e o **aumento da expectativa de vida**. Ao primeiro fenômeno, atribui-se em geral os aspectos socioculturais, como a revisão de valores sociais relacionados à família e o aumento da escolaridade feminina; os aspectos científicos, como o desenvolvimento de métodos contraceptivos; e os aspectos econômicos, como o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho. Ao aumento da expectativa de vida, relaciona-se claramente os avanços na área de saúde e os investimentos em saneamento e educação (ver Informe de Previdência Social, abril de 2002, vol. 14, nº 04).

A taxa bruta de natalidade vem caindo progressivamente, como pode ser visto no gráfico 1. Em 1980, a taxa bruta de natalidade no Brasil era igual a 3,2%. Em 2000, essa taxa foi de 2,0%, com previsão de queda para 1,4% no ano de 2040.



Fonte: IBGE.

Obs. (1): Dados a partir de 2002 são projeções.

Obs. (2): Taxa Bruta de Natalidade = Número de Nascidos Vivos / Total da População

Já a expectativa de vida ao nascer atingiu, em 2000, 65 anos para homens e 73 anos para as mulheres. Para cada idade, a sobrevida – conceito mais adequado para a Previdência – vem aumentando ao longo dos anos, como mostra a tabela 2. Entre as décadas de 70 e 80, uma pessoa de 50 anos tinha uma sobrevida de mais 22 anos, se homem, e 24 anos, se mulher, ou seja, atingiriam 72 e 74 anos, respectivamente. Em 2000, a sobrevida aumentou para 23 anos, se homem, e 28 anos, se mulher.

EXPEDIENTE: Ministro da Previdência e Assistência Social: José Cechin • Secretário Executivo: Johanness Eck • Secretário de Previdência Social: Sidney de Miguel • Diretor do Departamento do Regime Geral de Previdência Social: Geraldo Almir Arruda • Coordenador-Geral de Estudos Previdenciários: Rafael Liberal Ferreira de Santana • Corpo Técnico: Andréa Barreto de Paiva, Geíse de Castro Pouchain, Luciano Fávoro Bissi, Mariana Reino • Distribuição: Flávio Hitosi Ywata.

O Informe de Previdência Social é uma publicação mensal do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, de responsabilidade da Secretaria de Previdência Social e elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Previdenciários. Impressão: Assessoria de Comunicação Social/MPAS. Também disponível na internet no endereço: www.previdenciasocial.gov.br

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que citada a fonte.

CORRESPONDÊNCIA: Ministério da Previdência e Assistência Social • Secretaria de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios Bloco "F" - 7º andar, sala 750 • 70.059-900 - Brasília-DF
Tel. (0XX61) 317-5011. Fax (0XX61) 317-5408 • e-mail: cgeps.sps@df.previdenciasocial.gov.br



PREVIDÊNCIA SOCIAL
MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

TABELA 2

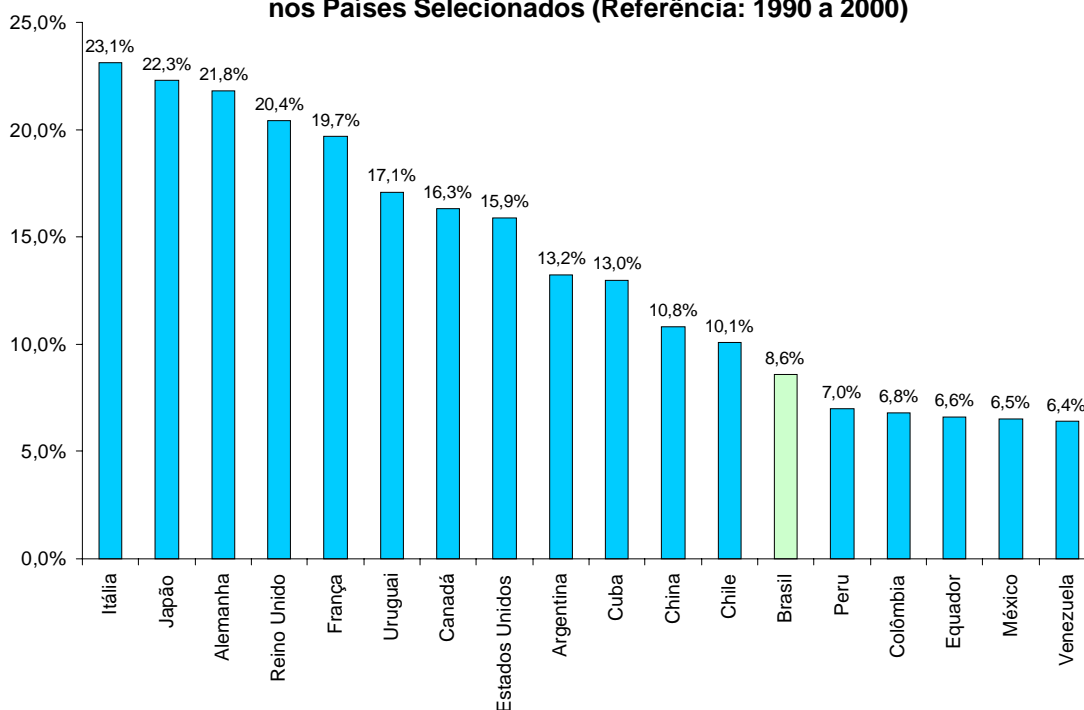
Evolução da Expectativa de Sobrevida no Brasil (1930/1940, 1970/1980 e 2000)

Idade	1930/1940		1970/1980		2000	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
0	39	43	55	60	65	73
10	45	48	53	57	58	65
20	38	40	45	48	49	56
30	31	33	37	40	40	46
40	24	26	29	32	31	37
50	18	20	22	24	23	28
55	16	17	19	21	20	24
60	13	14	16	17	16	20
65	11	11	13	14	13	16
70	8	9	11	11	10	12

Fontes: 1930/1940: Previdência em Dados; 1970/1980: CEPAL; 2000: IBGE
Elaboração: SPS/MPAS

Apesar do crescimento da participação dos idosos na população brasileira entre 1991 e 2000, ela ainda é pequena em relação aos países mais desenvolvidos, e também quando comparada a alguns países em desenvolvimento, conforme pode ser visto no gráfico 2, o que sinaliza que esse percentual de participação dos idosos irá crescer no futuro.

GRÁFICO 2
Proporção de Idosos em Relação ao Total da População
nos Países Selecionados (Referência: 1990 a 2000)



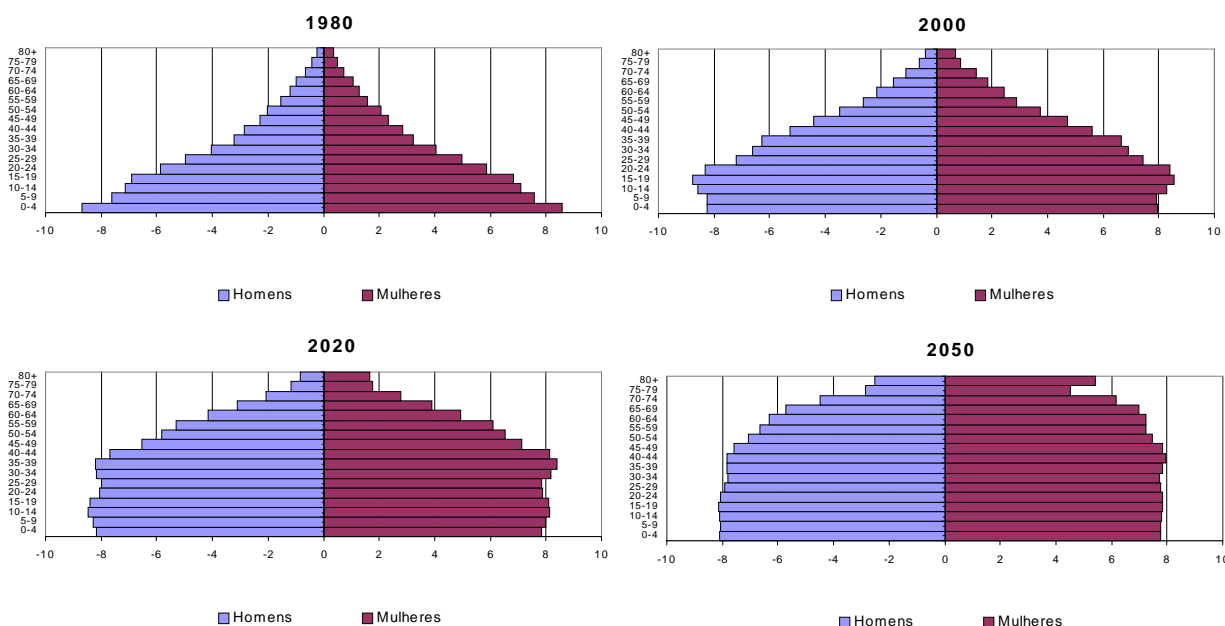
Fonte: Perfil dos Idosos Responsáveis por Domicílios no Brasil - 2000, IBGE.
Elaboração: SPS/MPAS
Obs.: Idoso = Pessoa de 60 anos ou mais.

De fato, as projeções da evolução da estrutura etária brasileira, de acordo com as pirâmides populacionais apresentadas no conjunto gráfico 3 a seguir, indicam que a população idosa (topo das pirâmides) aumentará cada vez mais seu contingente em relação às pessoas mais



jovens (base das pirâmides). De acordo com essas projeções, estima-se que, em 2020, a população com mais de 60 anos represente 13% da população total e, em 2050, chegue a 22%.

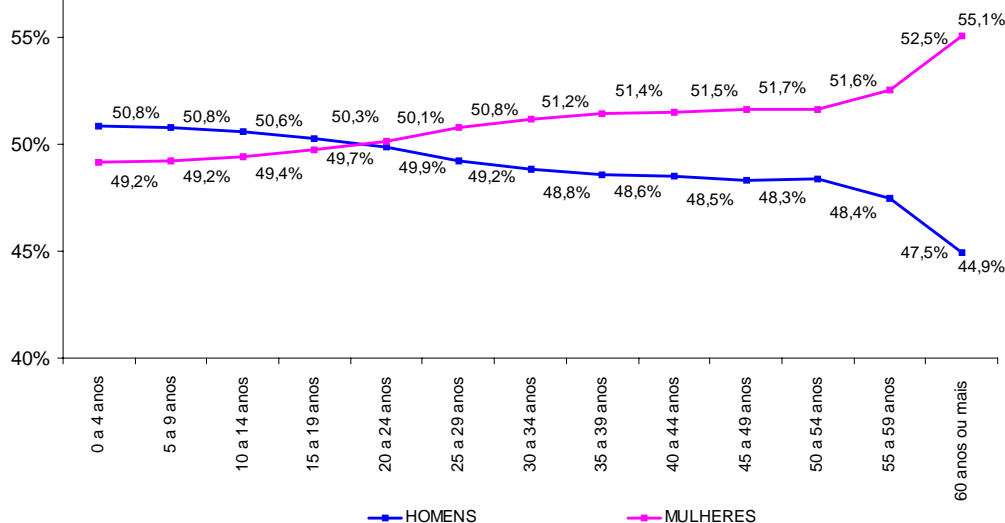
GRÁFICO 3
Pirâmides Popacionais no Brasil
(em milhões de pessoas)



Fonte: IBGE
Elaboração: SPS/MPAS

A população idosa é composta em sua maioria por mulheres. Em 1991, elas representavam 54,0% de todos os idosos, atingindo 55,1% em 2000. O gráfico 4 mostra que, à medida que a idade aumenta, o número de mulheres cresce em relação ao número de homens, em virtude da maior longevidade do sexo feminino, como já ressaltado anteriormente. Para a Previdência, o acompanhamento desta variável é importante, dado que as condições de elegibilidade para a concessão de aposentadoria por idade e tempo de contribuição (na regra de transição) são diferenciadas segundo o sexo.

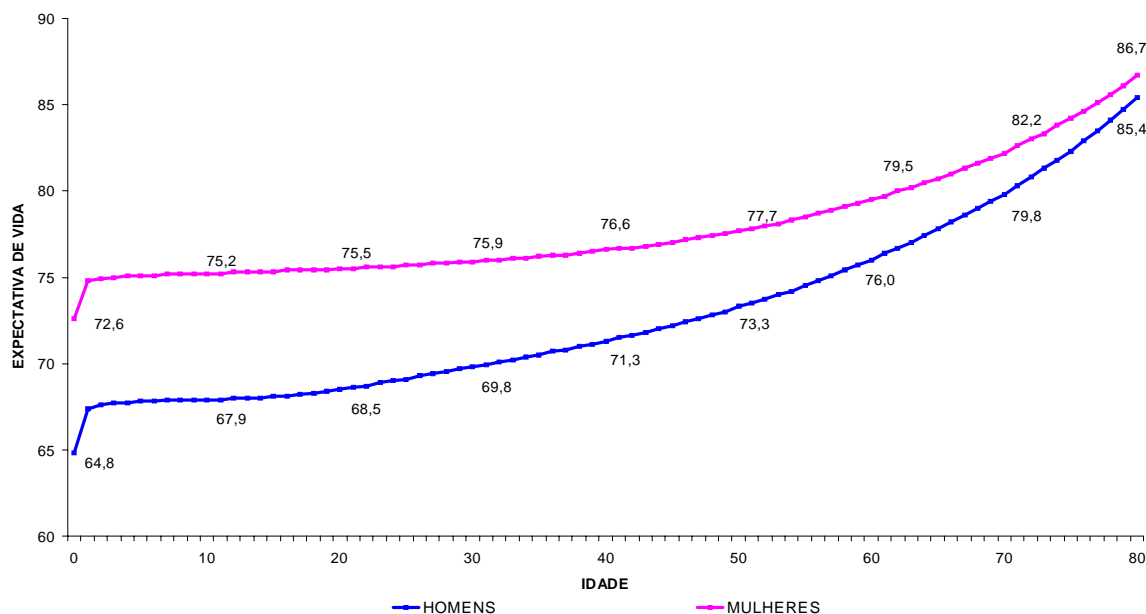
GRÁFICO 4
Participação de Homens e Mulheres na
População Total, por Faixa Etária (2000)



Fonte: Censo 2000, IBGE.
Elaboração: SPS/MPAS

de 76,0 e 79,5 anos, respectivamente, uma diferença de 3,5 anos em favor das mulheres.

GRÁFICO 5
Idade X Expectativa de Vida, por Sexo (2000)

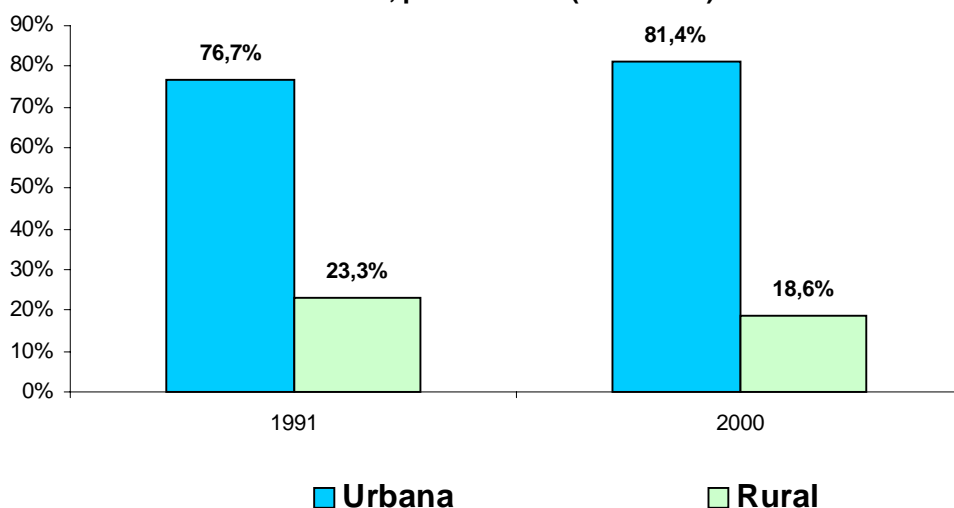


Fonte: IBGE.
Elaboração: SPS/MPAS

Assim como a evolução etária por sexo, os indicadores de urbanização também são importantes para a Previdência, pois um dos critérios de concessão da aposentadoria por idade distingue o segurado urbano do rural. Assim, verifica-se que a população idosa brasileira também está cada vez mais urbanizada. Houve, entre 1991 e 2000, um aumento do percentual de pessoas com 60 anos ou mais que vivem na área urbana, passando de 76,7% para 81,4%, conforme o gráfico 6.

Em 2000, as médias de idade dos idosos nas áreas urbana e rural eram iguais a 69,9 e 69,7 anos, respectivamente. Na população rural idosa, há predominância de homens, com participação de 52,8%. O inverso acontece no meio urbano, onde a participação masculina é de 43,2%.

GRÁFICO 6
Participação de Idosos na População Total, por Clientela (1991-2000)

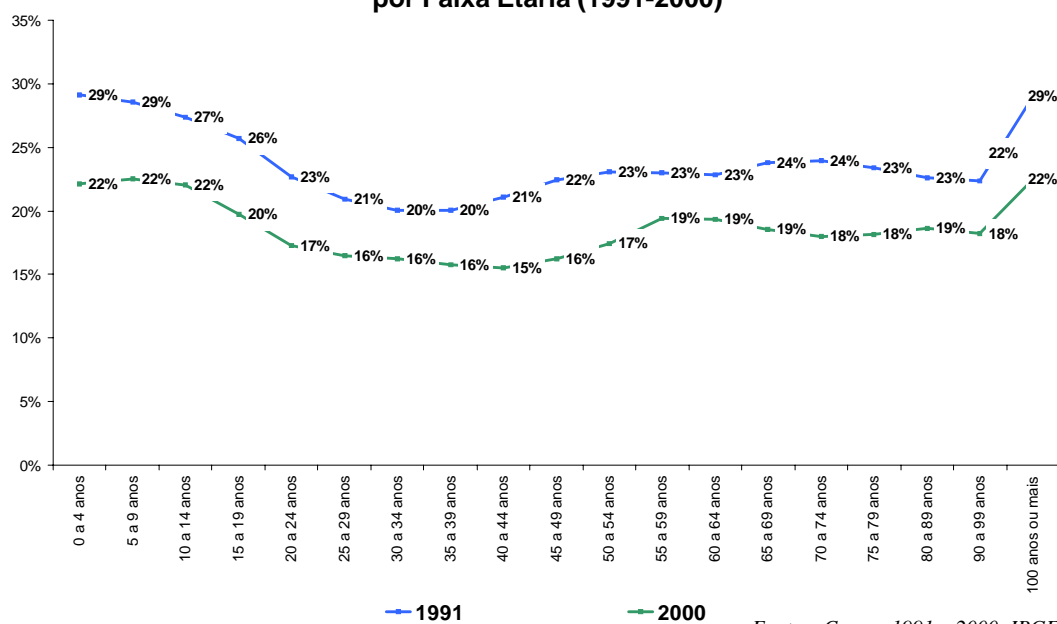


Fontes: Censos 1991 e 2000, IBGE
Elaboração: SPS/MPAS
Obs.: Idoso = Pessoa de 60 anos ou mais.

De acordo com o gráfico 7, houve diminuição da participação da população rural em todas as faixas etárias (e por conseguinte um aumento da população urbana). Mesmo dentro da população idosa, há pouca variação do percentual dos rurais, com exceção das idades superiores a 100 anos, que representam quantitativamente poucas pessoas.



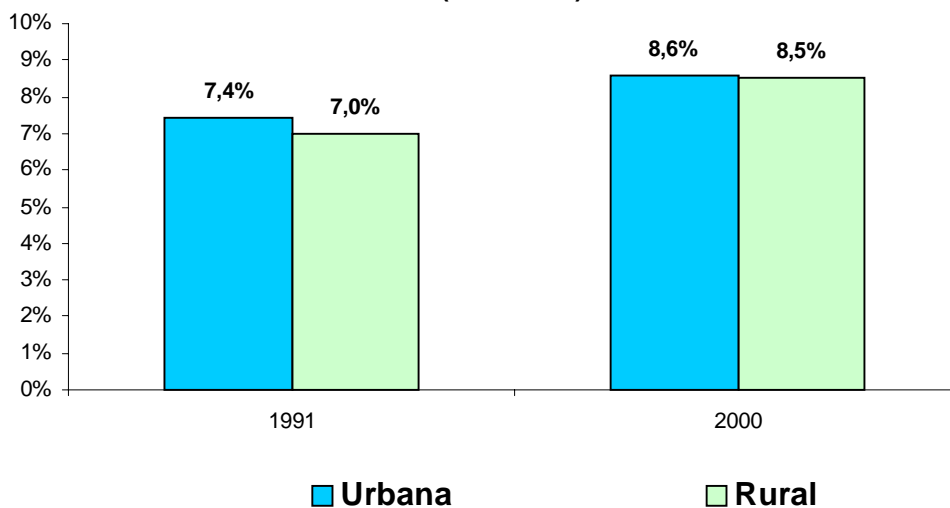
GRÁFICO 7
Participação da População Rural na População Total,
por Faixa Etária (1991-2000)



Fontes: Censos 1991 e 2000, IBGE
Elaboração: SPS/MPAS

Houve, de 1991 para 2000, um aumento do percentual de idosos na população rural maior do que na área urbana. Isso se deveu ao crescimento do número de idosos na área rural, que passou de 2,5 milhões para 2,7 milhões, e a uma diminuição no número de pessoas de 0 a 59 anos, que passou de 33,3 milhões para 29,1 milhões.

GRÁFICO 8
Participação de Idosos dentro da Clientela
(1991-2000)

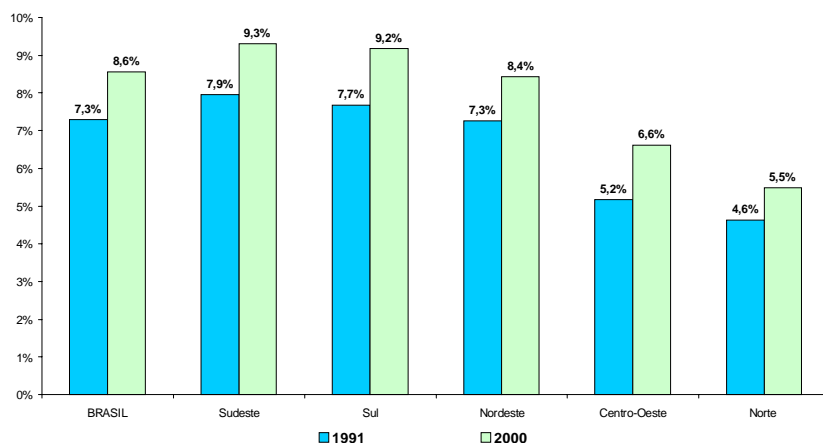


Fontes: Censos 1991 e 2000, IBGE
Elaboração: SPS/MPAS

Obs.: Idoso = Pessoa de 60 anos ou mais.

Em termos geográficos, o aumento do percentual de idosos em relação à população total entre 1991 e 2000 ocorreu em todas as regiões do País. A região onde há maior quantidade de idosos é a Sudeste, com 9,3%, e a Região Norte concentra o menor contingente, da ordem de 5,5%, conforme o gráfico 9.

GRÁFICO 9
Participação dos Idosos no Total da População, por Regiões (1991-2000)



Fontes: Censos 1991 e 2000, IBGE

Elaboração: SPS/MPAS

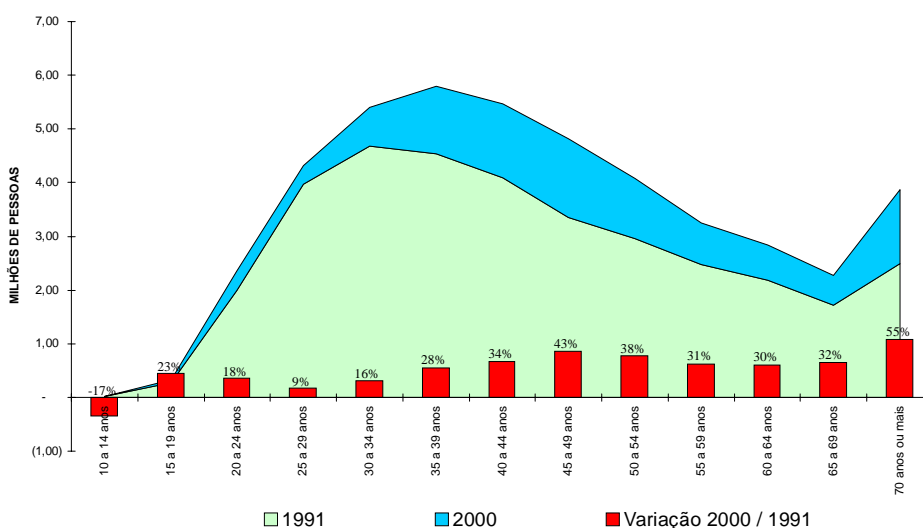
Obs.: Idoso = Pessoa de 60 anos ou mais.

Observa-se, também, que houve aumento do percentual de idosos em todas as regiões. Apesar disso, as regiões onde há maior incidência de idosos continuam as mesmas e apresentam-se na mesma ordem. Esse crescimento ocorrido parece indicar que a diminuição da taxa de natalidade e o aumento da expectativa de vida têm sido tendências em todas as regiões do Brasil.

Em relação aos estados, todos apresentaram aumento da participação dos idosos em relação ao total da população. O Rio de Janeiro é o estado onde há maior incidência de idosos, com 10,7% de participação, seguido do Rio Grande do Sul e da Paraíba, com 10,5% e 10,2%, respectivamente. Entre os estados com menor taxa de idosos, aparecem Amazonas, Amapá e Roraima, com 4,9%, 4,1% e 4,0% de participação, respectivamente. Ressalte-se que, dos nove estados com menor participação de idosos na população total, sete localizam-se na Região Norte.

No Censo 2000, foi considerado como responsável pelo domicílio aquela pessoa indicada pelos próprios moradores como referência da família. É com a utilização desse conceito que se verifica, por meio dos dados disponíveis, que há no Brasil 8,96 milhões de idosos responsáveis por domicílios. Esse número representa um aumento de 40% em relação a 1991, quando o contingente era igual a 6,4 milhões. O aumento do número de pessoas entre 10 e 59 anos responsáveis por domicílios foi de 26% entre 1991 e 2000. O gráfico 10 mostra o número de responsáveis por domicílios segundo a faixa etária nos anos de 1991 e 2000, e a variação percentual das quantidades no período.

GRÁFICO 10
Responsáveis por Domicílios, segundo a Faixa Etária (1991-2000)

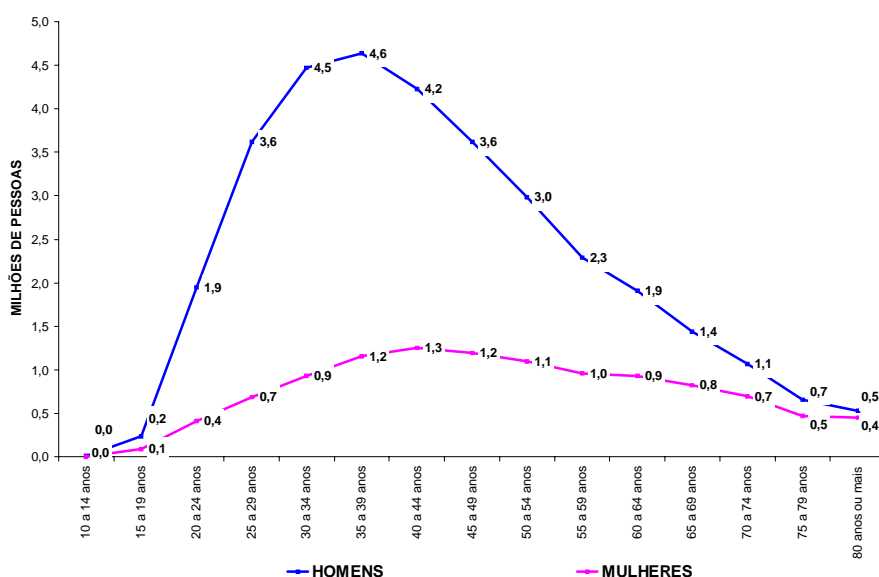


Fontes: Censos 1991 e 2000, IBGE

Elaboração: SPS/MPAS



GRÁFICO 11
Quantidade de Pessoas Responsáveis por Domicílios, por Faixa Etária (2000)



Fontes: Censo 2000, IBGE
 Elaboração: SPS/MPAS

Comparando-se homens e mulheres, nota-se pelo gráfico 11 que, a partir dos 40 anos de idade, a diferença entre homens e mulheres responsáveis por domicílios cai, tornando-se os números muito próximos nas idades mais altas. Esse fenômeno pode ser decorrente da maior longevidade feminina, que ocasiona maiores casos de viuvez entre mulheres, tendo como consequência uma maior quantidade de famílias monoparentais² ou unipessoais, onde a mulher é a responsável, visto que o recasamento em idades mais avançadas é mais comum entre os homens do que entre as mulheres.

Os dados de rendimento disponíveis no Censo 2000 indicam que a má distribuição de renda brasileira também ocorre entre os idosos. No caso daqueles responsáveis por domicílio, observam-se desigualdades no rendimento médio entre as áreas urbana e rural, as regiões geográficas e também intra-região. O rendimento médio dos idosos, em 2000, correspondia a R\$ 657,00, sendo R\$ 739,00 na área urbana e R\$ 297,00 na área rural (tabela 3). Comparativamente ao ano de 1991, em 2000 verificou-se um crescimento da remuneração média dos idosos tanto na área urbana – de 54,9% – como na rural – de 76,8%.

TABELA 3
Rendimento Médio dos Idosos Responsáveis pelo Domicílio, por Situação do Domicílio (1991-2000) - Em R\$ de Julho/2000 (INPC)

Regiões	1991			2000		
	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural
Brasil	403	477	168	657	739	297
Norte	300	364	197	438	502	280
Nordeste	224	298	115	386	474	198
Sudeste	536	576	224	835	879	398
Sul	382	438	221	661	730	399
Centro-Oeste	440	477	279	754	789	546

Fonte: Perfil dos Idosos Responsáveis por Domicílios no Brasil - 2000, IBGE.
 Elaboração: SPS/MPAS

Obs.: Idoso = Pessoa de 60 anos ou mais.

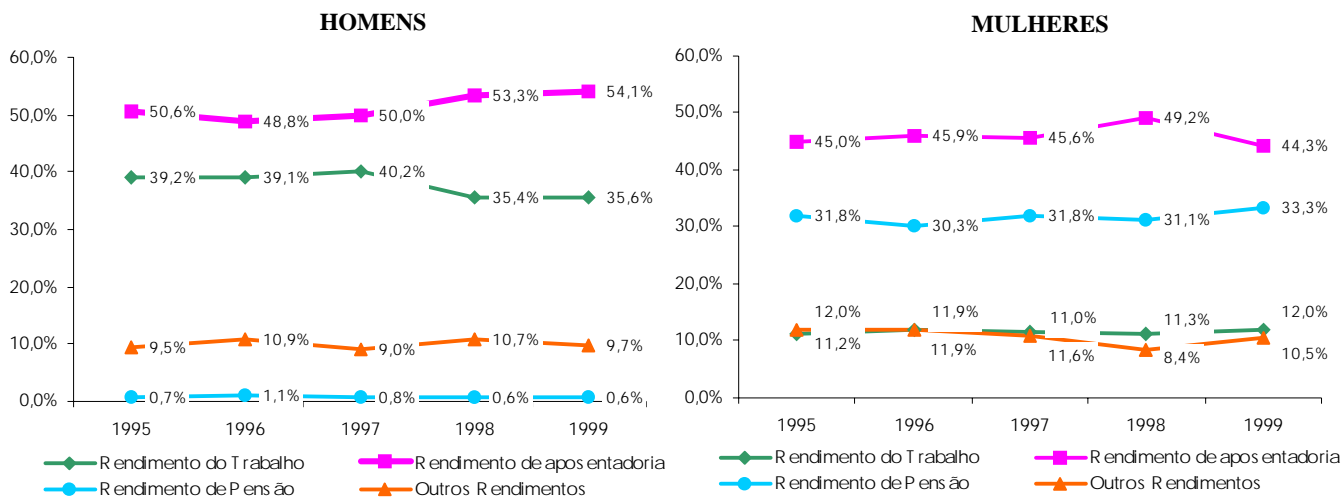
1.2. A Previdência Social e os Idosos

Os dados do Censo 2000 referentes ao rendimento dos idosos não estão disponíveis, até o momento, segundo a fonte deste rendimento. Entretanto, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, ratifica-se a evidência de que a maior parte do rendimento dos idosos brasileiros provém dos recursos transferidos pela Previdência, como mostra o conjunto

² Famílias formadas por um pai ou uma mãe, e que tenha um ou mais filhos.

gráfico 12. Em 1999, 54,1% da renda de um homem idoso provinha de aposentadoria, enquanto 35,6% era oriunda do trabalho. No caso das mulheres, a aposentadoria representava 44,3% e a pensão contribuía com 33,3% do rendimento, enquanto apenas 12,0% provinha do rendimento do trabalho.

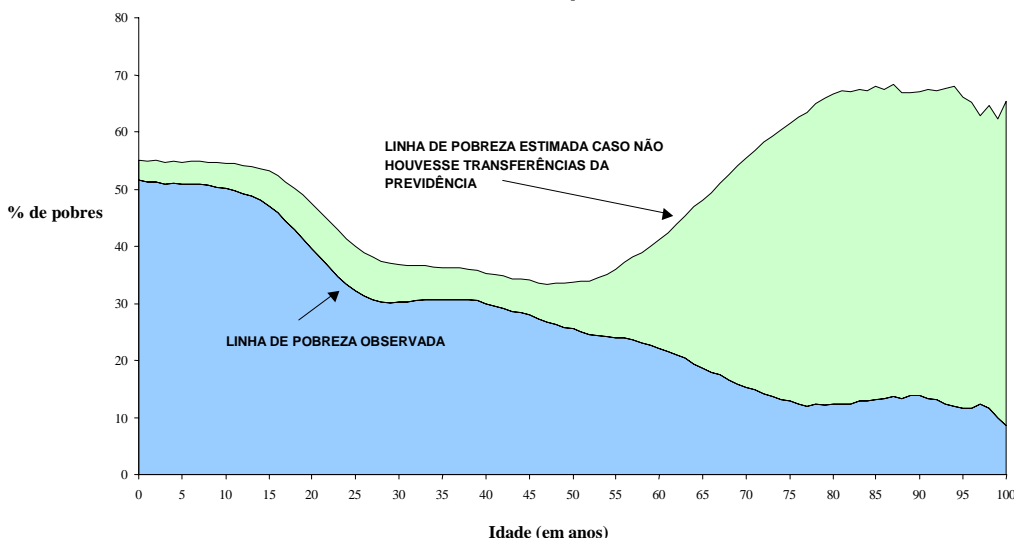
GRÁFICO 12
Renda dos Idosos, por Fonte de Rendimento
(Participação % - 1995 a 1999)



Fonte: Perfil dos Idosos Responsáveis por Domicílios no Brasil - 2000, IBGE.
Elaboração: SPS/MPAS
Obs. (1): Foram utilizados os microdados das PNADs de 1995 a 1999.
Obs. (2): Idoso = Pessoa de 60 anos ou mais.

Vale ressaltar que os recursos da Previdência comprovadamente contribuem para a redução dos níveis de pobreza no País e, conforme o gráfico 13, o grau de pobreza entre os idosos é substancialmente inferior ao da população mais jovem. Caso não houvesse as transferências previdenciárias, a pobreza entre os idosos triplicaria³.

GRÁFICO 13
Grau de Pobreza por Idade - 1999



Fonte: PNAD 1999
Elaboração: DISOC/IPEA
Obs: Linha de Pobreza = R\$98,00

³ Simulação elaborada pela Diretoria de Estudos Sociais - DISOC, do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA. Para outros resultados do estudo, ver Informe de Previdência Social, julho de 2001, vol. 13, n.º 07. "Previdência, Inclusão Social e Combate à Pobreza".



Em 2000, a Previdência Social pagou benefícios a 9,94 milhões de idosos com idade acima de 60 anos (tabela 4). Ressalte-se que este número está subestimado, uma vez que não estão disponíveis dados acerca de pensões por idade do dependente. Considerando que para cada beneficiário existem, em média, outros 2,5 beneficiários indiretos, em 2000 a Previdência beneficiou 34,8 milhões de pessoas com o pagamento a idosos com mais de 60 anos, o que equivale a 20,5% da população total brasileira.

TABELA 4
Quantidade de Benefícios Pagos (Manutenção) pela
Previdência Social a Idosos*, e Estimativa de Beneficiários Indiretos (1998 a 2000)

Ano	Beneficiários Idosos (A)	Var. %	Estimativa de Beneficiários Diretos e Indiretos (A X 3,5)**
1998	9.247.528	-	32.366.348
1999	9.571.223	3,5%	33.499.281
2000	9.938.612	3,8%	34.785.142

Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social - AEPS 2000

Elaboração: SPS/MPAS

* Não inclui pensões, uma vez que não estão disponíveis o sexo e a idade do dependente.

** Estima-se que, para cada beneficiário da Previdência, existam outros 2,5 beneficiários indiretos.

Obs.: Idoso = Pessoa de 60 anos ou mais.

2. Considerações Finais

Os dados do Censo 2000 ratificam as projeções divulgadas até então acerca da tendência de envelhecimento populacional no Brasil. Comparativamente ao Censo de 1991, a população idosa brasileira está mais numerosa, representa um maior contingente no total da população, concentra-se cada vez mais na área urbana e, também, é composta majoritariamente por mulheres.

Para os idosos, a Previdência possui papel social fundamental através do pagamento de seus benefícios. A maior parte da renda de um idoso provém da aposentadoria e/ou da pensão paga pela Previdência, e esses recursos contribuem diretamente para a redução dos níveis de pobreza. A elevação do número de idosos responsáveis por domicílios pode ser uma das conseqüências da garantia de renda proporcionada pelos benefícios previdenciários.

Os indicadores de envelhecimento populacional apresentados devem servir de subsídio para que eventuais propostas de ajuste ou reforma no sistema previdenciário sejam efetuadas com base em critérios fidedignos, o que certamente contribuirá no debate junto à sociedade.



Saldo Previdenciário e Arrecadação

Déficit Previdenciário (INPC de ago/02)

No mês (ago)	R\$ 1,31 bilhão
Acum. no ano	R\$ 9,64 bilhões
Últimos 12 meses	R\$ 16,4 bilhões

A Previdência Social apresentou em agosto de 2002 um déficit de R\$ 1,31 bilhão, resultado de uma arrecadação de R\$ 5,80 bilhões frente a uma despesa de R\$ 7,11 bilhões, o que representou uma diminuição de 1,1% no déficit previdenciário quando comparado a julho de 2002. A queda do déficit foi decorrência do aumento de 7,2% na arrecadação das empresas em geral em relação ao último mês. Esse aumento ajudou a compensar as quedas ocorridas nas arrecadações de dívidas ativas e de depósitos recursais extrajudiciais, respectivamente de 58,1% e 95,2%, que já eram previstas pela arrecadação acima do normal verificada em julho. Ressalte-se que, em termos nominais, a arrecadação líquida da Previdência atingiu um recorde histórico em agosto.

TABELA 1

Arrecadação Líquida, Benefícios Previdenciários e Déficit Previdenciário
Ago/2001, Jul/2002 e Ago/2002 - Valores em R\$ milhões de Ago/2002

	ago/01 (A)	jul/02 (B)	ago/02 (C)	Var. % (C/B)	Var. % (C/A)	Acum. Jan. a ago/01	Acum. Jan. a ago/02	Var. %
1. Arrecadação Líquida	5.514,8	5.826,2	5.806,0	(0,3)	5,3	43.512,2	44.339,4	1,9
Arrecadação Bancária (1)	5.158,3	5.495,4	5.463,5	(0,6)	5,9	40.454,1	41.507,2	2,6
SIMPLES	228,2	218,6	240,1	9,8	5,2	1.741,3	1.771,5	1,7
Programa de Recuperação Fiscal - REFIS (2)	43,7	30,3	31,5	4,2	(27,9)	343,5	260,4	(24,2)
Fundo Nacional de Saúde - FNS (3)	1,2	1,2	1,0	(11,1)	(14,9)	9,4	9,3	(0,5)
Certificados da Dívida Pública - CDP (4)	1,2	1,5	-	(100,0)	(100,0)	59,4	56,0	(5,7)
Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (5)	35,0	47,7	26,9	(43,7)	(23,3)	274,8	304,0	10,6
Quitação de Dívidas (6)	-	-	-	-	-	120,2	-	(100,0)
Depósitos Judiciais (7)	47,1	31,5	43,0	36,4	(8,7)	509,5	430,9	(15,4)
2. Benefícios Previdenciários	6.650,4	7.152,5	7.117,2	(0,5)	7,0	50.771,3	53.983,7	6,3
3. Saldo Previdenciário (1 - 2)	(1.135,6)	(1.326,3)	(1.311,1)	(1,1)	15,5	(7.259,0)	(9.644,3)	32,9

Fonte: INSS

Elaboração: SPS/MPAS

(1) Deduzida a transferência a terceiros e as restituições de arrecadação. Esta rubrica contém a contribuição sobre folha de salários.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS.

(3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.

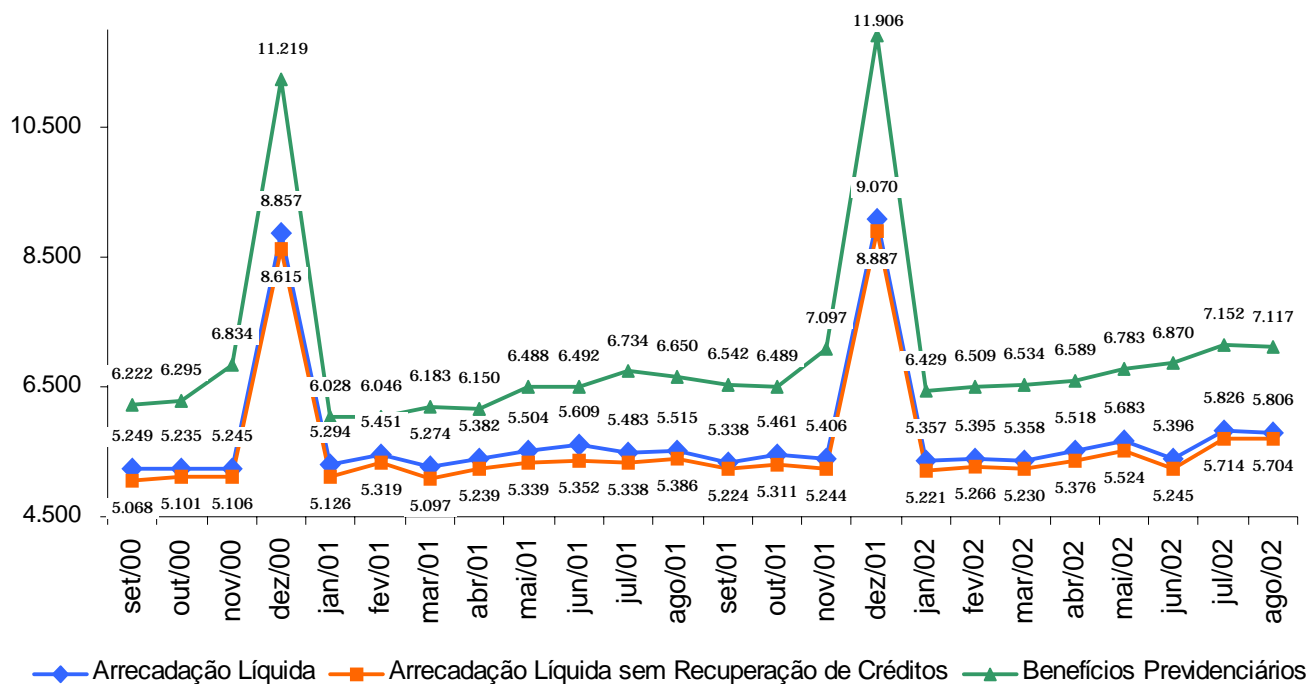
(6) Débitos recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(7) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).



Houve, na comparação dos oito primeiros meses de 2001 e 2002, um aumento de 32,9% do déficit previdenciário, contra um aumento de 36,1% na comparação dos sete primeiros meses de 2001 e 2002. O gráfico 1 a seguir mostra a evolução da arrecadação e do pagamento de benefícios nos últimos dois anos.

GRÁFICO 1
Evolução da Arrecadação Líquida e da Despesa com Benefícios Previdenciários (set/00 a ago/02) - R\$ milhões de Ago/2002 - INPC



Fonte: INSS
Elaboração: SPS/MPAS

Em relação ao déficit rural, houve um crescimento de 7,81% em seu montante nos oito primeiros meses de 2002, comparando-se com o mesmo período do ano passado. Comparando-se o déficit total com o déficit rural, observa-se que o último representou 95% de todo o déficit previdenciário apresentado entre janeiro e agosto de 2002.

TABELA 2
Evolução da Arrecadação Líquida, Despesa com Benefícios Previdenciários e Saldo Previdenciário, segundo a clientela urbana e rural (2001 a 2002) Acumulado até Agosto - R\$ milhões - INPC Ago/2002

Ano	Clientela	Arrecadação Líquida (a)	Benefícios Previdenciários (b)	Déficit (a - b)
2001	TOTAL	43.512	50.771	(7.259)
	Urbano	42.203	40.960	1.244
	Rural	1.309	9.811	(8.503)
2002	TOTAL	44.339	53.984	(9.644)
	Urbano	42.974	43.452	(478)
	Rural	1.366	10.532	(9.166)

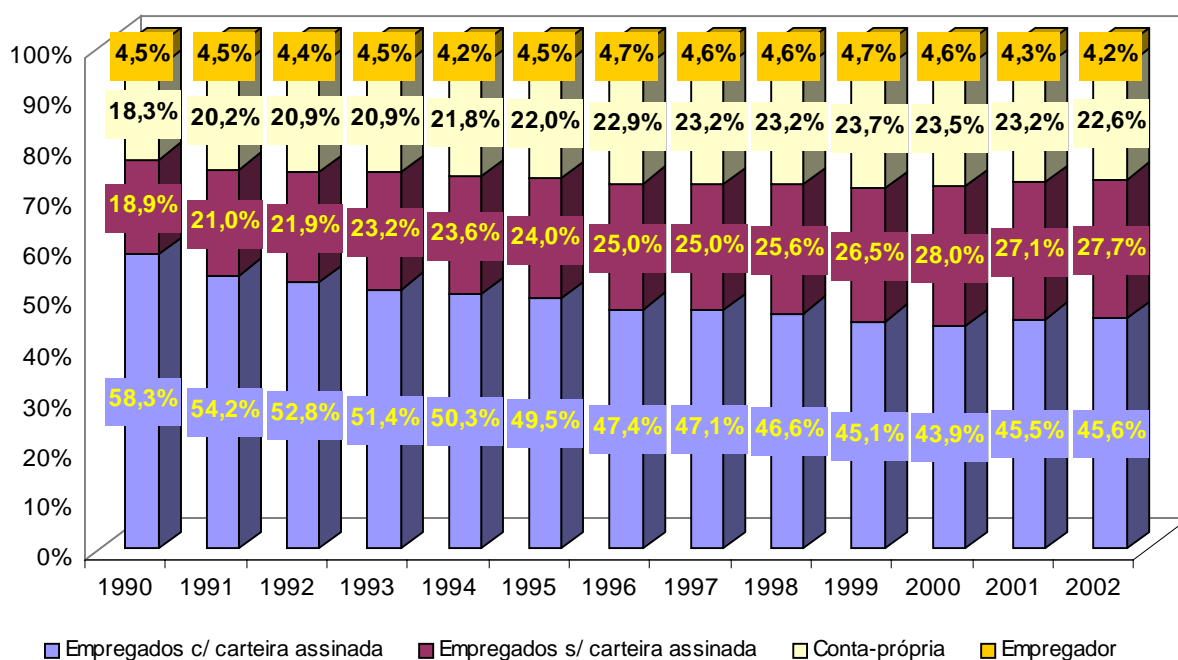
Fonte: Fluxo de Caixa INSS; Informar/INSS
Elaboração: SPS/MPAS

A arrecadação da Previdência Social atingiu R\$ 5,81 bilhões neste mês de agosto, uma queda de 0,3% quando comparada com o mês anterior. Tal decréscimo ocorreu em virtude da arrecadação atípica, para maior, no mês de julho/02 de dívidas ativas e depósitos recursais extrajudiciais. Entretanto, caso não houvesse a melhora de 7,2% na arrecadação das empresas em geral, a queda se elevaria para 5,0%. Destaca-se, também, o aumento de 9,8% na arrecadação do SIMPLES.

Nas recuperações de créditos, os depósitos judiciais apresentaram o maior aumento, com 36,9%. Somando-se todas as arrecadações provenientes das medidas de recuperação de créditos, verifica-se nova queda quando comparadas ao mês anterior. Em agosto/02, houve uma arrecadação de R\$ 102,4 milhões em recuperações de crédito, contra R\$ 112,2 milhões em julho/02, queda de 8,7%.

A renda média do trabalhador com carteira assinada, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego – PME, caiu 0,72% de junho para julho de 2002. O rendimento médio, que era de R\$ 800,84 em junho, caiu para R\$ 795,05 em julho. Contudo, o número de empregados com carteira assinada aumentou 1,09% no mesmo período, e voltou a crescer 1,15% de julho para agosto de 2002. O gráfico 2 mostra a participação e a evolução da população ocupada nos últimos doze anos, com destaque para a reversão da tendência de queda da participação dos com carteira a partir de 2001.

GRÁFICO 2
Evolução da Participação dos Trabalhadores
com e sem Carteira Assinada, Conta-Própria
e Empregadores na População Ocupada
Média de Janeiro a Agosto (1990 a 2002)

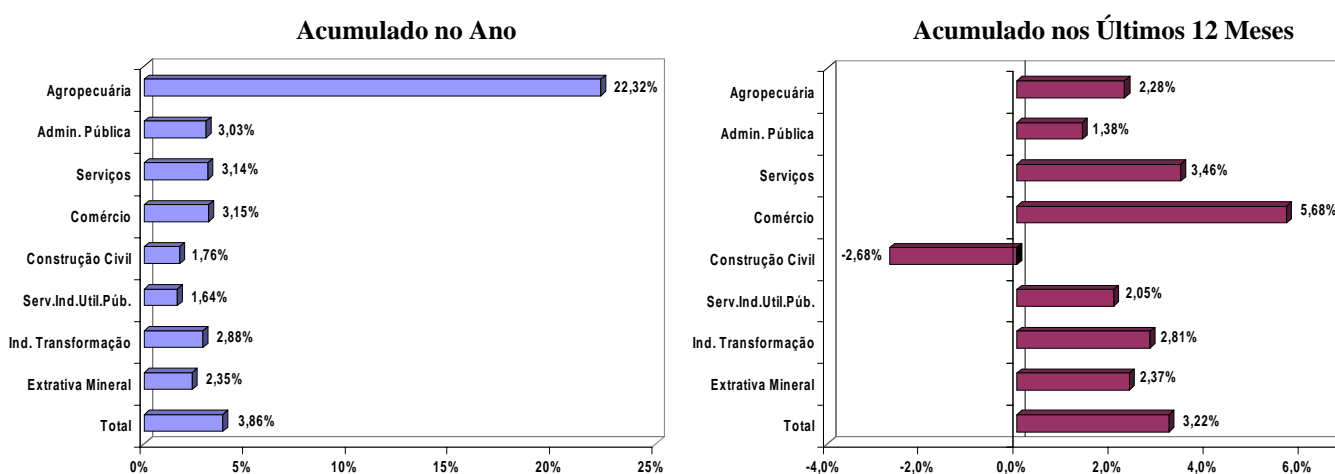


Fonte: PME/IBGE
 Elaboração: SPS/MPAS



As informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego – CAGED confirmam uma melhora nos índices de formalização. No acumulado do ano, temos um aumento de 3,86% no emprego formal, com destaque para a agropecuária, que apresentou um crescimento de 22,32% em virtude das safras no primeiro semestre. Nos últimos doze meses, houve nesse setor um crescimento de 2,28%. No mesmo período, o comércio apresentou o maior crescimento, com aumento de 5,68% no número de empregados formais, e a construção civil foi o único a apresentar redução da mão-de-obra formal, com diminuição de 2,68%.

GRÁFICO 3
Evolução do Emprego Formal por
Sector de Atividade Econômica
(Referência: Agosto/2002)



Fonte: CAGED/MTE
 Elaboração: SPS/MPAS

Despesas

Em agosto de 2002, as despesas com benefícios previdenciários foram de R\$ 7,12 bilhões contra R\$ 7,15 bilhões em julho de 2002, representando uma queda de 0,5%. Em termos nominais, houve um incremento de 0,4% em relação ao mês anterior. Ressalte-se que tal movimento é normal neste período no ano que sucede aos aumentos dos benefícios previdenciários.

Quanto ao total de benefícios concedidos, verifica-se estabilidade em relação ao mês de julho/02, conforme pode ser visto na tabela 3. Dentre as espécies de benefícios concedidos, destaca-se o aumento de 9,6% nas aposentadorias por invalidez e a queda de 6,5% no salário-maternidade. No acumulado do ano, tem-se um aumento de 22,7% no total de benefícios concedidos quando compara-se com 2001, destacando-se o aumento de 43,3% no auxílio-doença.

TABELA 3
Evolução da Quantidade de Benefícios Concedidos
pela Previdência Social (Ago/2001, Jul/2002 e Ago/2002)

	ago/01 (A)	jul/02 (B)	ago/02 (C)	Var. % (C/B)	Var. % (C/A)	Acum. Jan. a ago-01	Acum. Jan. a ago-02	Var. %
TOTAL	201.562	331.837	331.998	0,0	64,7	2.127.984	2.610.964	22,7
PREVIDENCIÁRIOS	177.077	289.782	289.223	(0,2)	63,3	1.872.578	2.278.950	21,7
Aposentadorias	44.613	66.426	66.485	0,1	49,0	431.853	510.965	18,3
Idade	24.655	38.397	36.555	(4,8)	48,3	247.192	293.144	18,6
Invalidez	10.627	14.861	16.283	9,6	53,2	99.793	111.547	11,8
Tempo de Contribuição	9.331	13.168	13.647	3,6	46,3	84.868	106.274	25,2
Pensão por Morte	16.033	29.108	27.320	(6,1)	70,4	190.508	222.459	16,8
Auxílio-Doença	55.560	105.624	112.489	6,5	102,5	591.215	846.952	43,3
Salário-Maternidade	60.608	88.076	82.354	(6,5)	35,9	656.128	694.367	5,8
Outros	263	548	575	4,9	118,6	2.874	4.207	46,4
ACIDENTÁRIOS	10.689	16.996	17.734	4,3	65,9	114.983	140.621	22,3
Aposentadorias	567	874	861	(1,5)	51,9	5.797	6.279	8,3
Pensão por Morte	168	194	193	(0,5)	14,9	1.508	1.691	12,1
Auxílio-Doença	9.076	15.077	15.690	4,1	72,9	98.550	124.989	26,8
Auxílio-Acidente	813	812	949	16,9	16,7	8.254	7.261	(12,0)
Auxílio-Suplementar	65	39	41	5,1	(36,9)	874	401	(54,1)
ASSISTENCIAIS	13.796	25.059	25.041	(0,1)	81,5	140.423	191.393	36,3
Amparos Assistenciais - LOAS	13.702	25.000	24.981	(0,1)	82,3	139.772	190.904	36,6
Idoso	6.059	12.392	12.387	(0,0)	104,4	68.499	96.096	40,3
Portador de Deficiência	7.643	12.608	12.594	(0,1)	64,8	71.273	94.808	33,0
Pensões Mensais Vitalícias	68	47	52	10,6	(23,5)	429	351	(18,2)
Rendas Mensais Vitalícias	26	12	8	(33,3)	(69,2)	222	138	(37,8)
Idade	5	1	1	0,0	(80,0)	34	7	(79,4)
Invalidez	21	11	7	(36,4)	(66,7)	188	131	(30,3)

Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social; Boletim Estatístico da Previdência Social
 Elaboração: SPS/MPAS

Quanto ao estoque, houve aumento de 0,5% no total de benefícios emitidos quando comparado a julho/2002. Destaca-se também, neste caso, o auxílio-doença, com crescimento de 3,7% em relação ao mês passado, e de 32,0% na comparação da média dos oito primeiros meses de 2001 e 2002.

TABELA 4
Evolução da Quantidade de Benefícios Emitidos
pela Previdência Social (Ago/2001, Jul/2002 e Ago/2002)

	ago/01 (A)	jul/02 (B)	ago/02 (C)	Var. % (C/B)	Var. % (C/A)	Média Jan. a ago-01	Média Jan. a ago-02	Var. %
TOTAL	20.077.388	20.673.619	20.768.336	0,5	3,4	19.806.218	20.453.789	3,3
PREVIDENCIÁRIOS	17.277.180	17.776.585	17.854.005	0,4	3,3	17.054.288	17.601.299	3,2
Aposentadorias	11.402.567	11.601.753	11.637.219	0,3	2,1	11.294.444	11.525.575	2,0
Idade	5.722.600	5.847.247	5.868.208	0,4	2,5	5.657.429	5.801.004	2,5
Invalidez	2.290.952	2.312.361	2.318.487	0,3	1,2	2.272.199	2.300.629	1,3
Tempo de Contribuição	3.389.015	3.442.145	3.450.524	0,2	1,8	3.364.816	3.423.942	1,8
Pensão por Morte	5.142.792	5.261.594	5.277.060	0,3	2,6	5.090.317	5.233.410	2,8
Auxílio-Doença	574.434	744.463	771.749	3,7	34,3	519.814	686.125	32,0
Salário-Maternidade	140.231	150.174	149.049	(0,7)	6,3	133.484	138.345	3,6
Outros	17.156	18.601	18.928	1,8	10,3	16.229	17.844	9,9
ACIDENTÁRIOS	685.865	708.047	711.685	0,5	3,8	676.101	699.953	3,5
Aposentadorias	115.590	120.217	120.845	0,5	4,5	113.439	118.671	4,6
Pensão por Morte	129.460	129.840	129.864	0,0	0,3	129.171	129.681	0,4
Auxílio-Doença	84.198	99.532	102.395	2,9	21,6	78.822	93.817	19,0
Auxílio-Acidente	258.520	261.475	261.728	0,1	1,2	256.418	260.509	1,6
Auxílio-Suplementar	98.097	96.983	96.853	(0,1)	(1,3)	98.252	97.275	(1,0)
ASSISTENCIAIS	2.114.343	2.188.987	2.202.646	0,6	4,2	2.075.829	2.152.537	3,7
Amparos Assistenciais - LOAS	1.325.446	1.467.869	1.487.644	1,3	12,2	1.268.596	1.415.860	11,6
Idoso	461.490	537.181	547.380	1,9	18,6	433.147	511.724	18,1
Portador de Deficiência	863.956	930.688	940.264	1,0	8,8	835.449	904.136	8,2
Pensões Mensais Vitalícias	18.740	18.319	18.277	(0,2)	(2,5)	18.792	18.443	(1,9)
Rendas Mensais Vitalícias	770.157	702.799	696.725	(0,9)	(9,5)	788.441	718.235	(8,9)
Idade	283.165	250.859	248.059	(1,1)	(12,4)	291.710	258.088	(11,5)
Invalidez	486.992	451.940	448.666	(0,7)	(7,9)	496.732	460.147	(7,4)

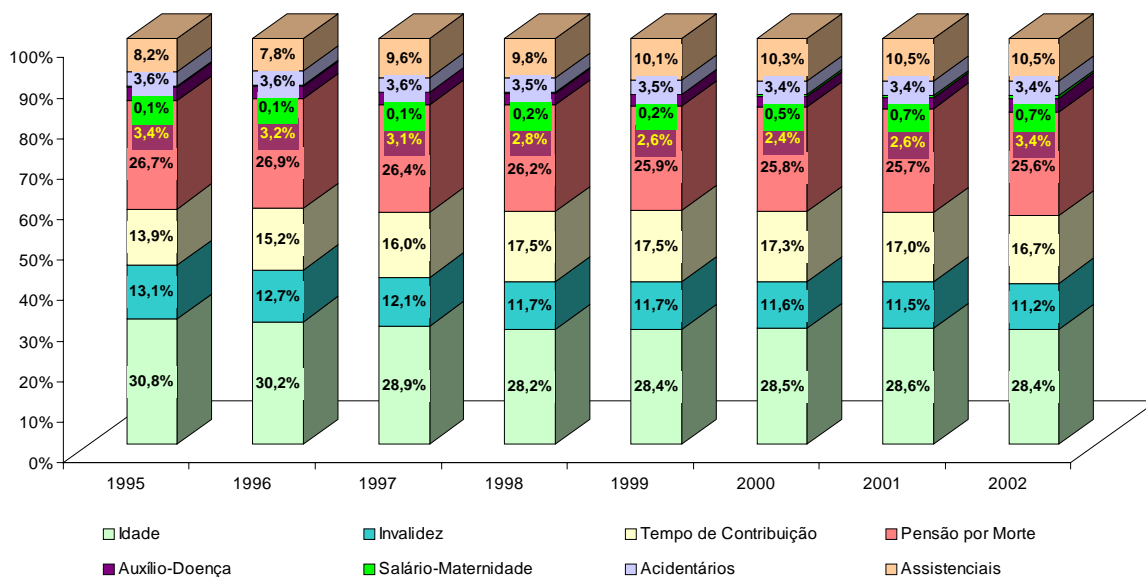
Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social; Boletim Estatístico da Previdência Social
 Elaboração: SPS/MPAS

A participação dos benefícios da Previdência Social vem mostrando, em especial nos anos mais recentes, uma certa estabilidade na maioria de suas espécies. Destaca-se, nos três



últimos anos, a queda apresentada na participação das aposentadorias por tempo de contribuição.

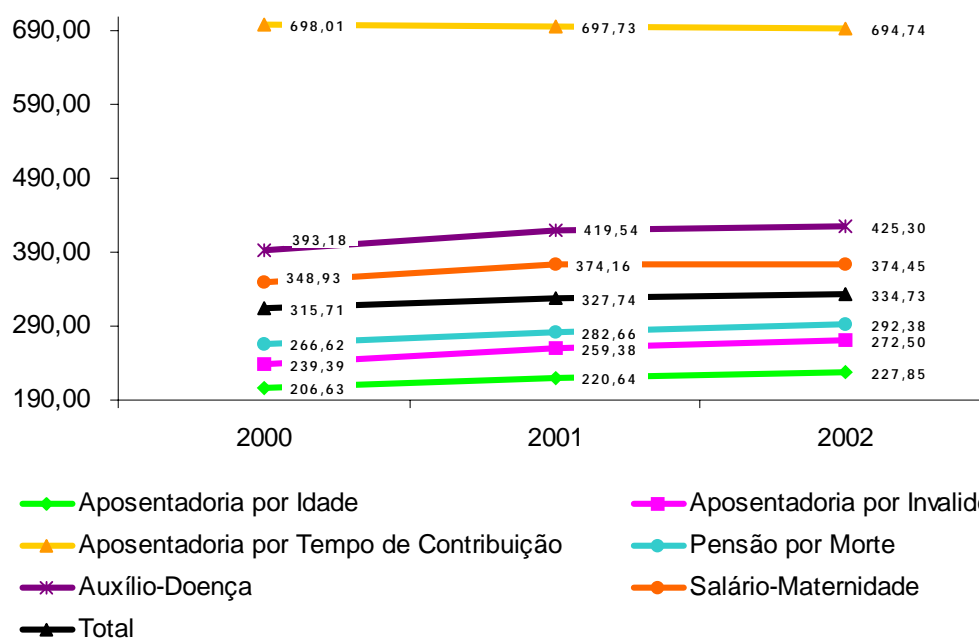
GRÁFICO 3
Participação dos Benefícios Emitidos pela Previdência Social
(1995 a 2002 - Média de Janeiro a Agosto)



Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social; Boletim Estatístico da Previdência Social
Elaboração: SPS/MPAS

O valor médio dos benefícios emitidos atingiu R\$ 334,73 em 2002 (média de janeiro a agosto), o que significa um incremento real de 2,13% em relação a 2001. Ressalte-se que, exceto a aposentadoria por tempo de contribuição, todas as principais espécies de benefícios apresentaram crescimento no valor médio, conforme o gráfico 4.

GRÁFICO 4
Valor Médio dos Benefícios Emitidos
(Média de Janeiro a Agosto)
Em R\$ de Ago/2002 (INPC)



Fontes: Anuário Estatístico da Previdência Social; Boletim Estatístico da Previdência Social
Elaboração: SPS/MPAS



Tabela 1
Fluxo de Caixa - 2002 (R\$ mil correntes)

Itens de Receita e Despesa	Em R\$ mil - Valores Correntes												
	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	Acum. 2002
1. SALDO INICIAL	1.487.512	1.691.868	1.883.452	1.517.604	1.669.802	1.911.105	1.901.608	1.568.097	1.487.512				1.487.512
2. RECEBIMENTOS	7.735.307	7.416.481	7.004.114	7.590.897	7.921.612	7.820.894	7.961.442	9.949.955	63.408.601				63.408.601
2.1. ARRECAÇÃO	5.763.971	5.522.959	5.534.858	5.741.426	5.913.906	5.680.390	6.168.994	6.213.199	46.539.702				46.539.702
- Arrecadação Bancária	5.388.672	5.224.505	5.245.100	5.418.522	5.563.046	5.337.726	5.859.609	5.890.510	43.926.690				43.926.690
- SIMPLES (1)	266.843	186.362	181.050	202.760	214.984	216.897	216.696	240.074	1.728.366				1.728.366
- Programa de Recuperação Fiscal - REFS (2)	36.492	36.134	29.091	30.199	30.515	30.932	30.002	31.536	253.889				253.889
- Fundo Nacional de Saúde - FNS (3)	1.228	1.121	1.117	1.153	1.122	1.185	1.149	1.031	9.105				9.105
- Certificados da Dívida Pública - CDP (4)	-	-	12.362	24.604	-	16.095	1.531	-	54.592				54.592
- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES (5)	40.644	26.880	18.957	32.655	50.796	52.455	47.337	26.965	296.790				296.790
- Quilção de Dívidas (6)	-	-	-	-	-	-	-	-	-				-
- Depósitos Judiciais (7)	52.044	61.101	62.481	49.698	72.524	47.408	31.248	42.993	419.497				419.497
- Restituições de Arrecadação	(23.953)	(11.143)	(15.299)	(18.366)	(19.061)	(24.007)	(17.577)	(19.811)	(149.237)				(149.237)
2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS	5.263	4.873	3.508	1.059	2.943	5.088	2.184	4.381	29.298				29.298
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS	22.076	10.374	14.892	10.374	10.825	11.574	19.845	47.980	146.246				146.246
2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) (8)	1.359.905	(739.429)	(476.802)	11.833	316.298	534.152	1.088.953	101.102	2.206.012				2.206.012
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	584.092	2.619.386	1.932.177	1.821.697	1.677.640	1.597.600	671.466	3.583.193	14.487.341				14.487.341
- Recursos Ordinários	102.993	153.427	100.314	98.334	315.900	950.890	97.464	297.830	2.116.731				2.116.731
- Saldo de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	(776)				(776)
- Operações de Crédito Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-				-
- COFINS	148.426	1.763.564	1.029.973	997.415	1.002.962	291.503	186.359	2.116.498	7.536.680				7.536.680
- COFINS/LOAS	308.495	246.389	260.000	265.000	294.000	296.000	310.500	300.000	2.280.384				2.280.384
- COFINS/Desv. Imp. e Contrib. - EPU	23.000	54.175	100.000	41.000	47.500	45.966	49.106	42.000	402.747				402.747
- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-				-
- Recursos Ordinários - Contrapartida	-	-	-	-	-	-	-	-	-				-
- Contrib. Social sobre Lucro	-	-	-	-	-	-	-	-	-				-
- Contrib. Provisória s/ Mov. Financeira - CPMF	-	-	-	-	-	-	-	-	-				-
3. PAGAMENTOS	1.588	1.830	17.390	19.949	17.288	13.341	28.037	27.144	126.666				126.666
3.1. PAGAMENTOS INSS	400.000	425.000	425.000	400.000	-	-	-	800.000	2.025.000				2.025.000
3.1.1. BENEFÍCIOS	7.830.951	7.824.897	7.369.962	7.438.699	7.660.308	7.888.391	8.294.954	8.256.248	61.634.410				61.634.410
- Total de Benefícios	6.895.226	6.865.721	7.015.332	7.068.599	7.303.051	7.447.205	7.902.508	7.849.085	58.369.726				58.369.726
- Devolução de Benefícios	6.490.287	6.555.855	6.660.420	6.725.486	6.953.102	7.076.565	7.438.098	7.464.450	55.362.268				55.362.268
3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS	(96.069)	(35.102)	(47.214)	(49.677)	(45.117)	(36.792)	(46.774)	(37.430)	(393.174)				(393.174)
3.1.1.1.1. NÃO-PROVIDENCIÁRIOS	6.157.928	6.254.655	6.316.664	6.413.905	6.608.624	6.723.879	7.117.169	7.117.169	52.694.223				52.694.223
3.1.1.2. NÃO-PROVIDENCIÁRIOS	332.360	301.200	343.756	311.661	344.479	342.866	344.588	347.262	2.688.042				2.688.042
3.1.2.1. EPU T.N.	50.420	51.229	89.882	47.124	53.869	48.616	44.944	44.944	431.163				431.163
3.1.2.2. LOAS	281.940	249.970	253.874	264.557	290.590	294.070	299.539	302.338	2.236.879				2.236.879
3.1.2. PESSOAL (9)	313.075	230.525	235.847	251.007	238.267	285.851	368.023	369.567	2.192.162				2.192.162
3.1.3. CUSTEIO (10)	94.864	99.341	119.064	92.106	111.682	84.790	98.387	115.068	815.300				815.300
3.2. TRANSF. A TERCEIROS (11)	632.724	339.176	354.630	370.100	377.257	391.186	392.446	407.164	3.264.684				3.264.684
4. ARRECAÇÃO LÍQUIDA (21 - 3.2)	5.131.246	5.183.783	5.180.228	5.371.326	5.536.648	5.289.204	5.776.548	5.806.035	43.275.018				43.275.018
5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 - 3.1.1)	(1.026.682)	(1.070.872)	(1.136.437)	(1.042.479)	(1.071.975)	(1.444.674)	(1.314.952)	(1.311.134)	(9.419.205)				(9.419.205)
6. SALDO ARREC. LÍQ. - BENEF. (4 - 3.1.1)	(1.359.041)	(1.375.072)	(1.480.193)	(1.354.161)	(1.416.454)	(1.787.360)	(1.659.549)	(1.658.415)	(12.087.246)				(12.087.246)
7. SALDO OPERACIONAL (2 - 3)	204.356	191.584	(365.848)	152.198	241.303	(9.497)	(333.512)	1.693.607	1.774.191				1.774.191
8. SALDO FINAL (1 + 2 - 3) (12)	1.691.868	1.883.452	1.517.604	1.669.802	1.911.105	1.901.608	1.568.097	3.261.703	3.261.703				3.261.703

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: CGEP/SFS.

Obs. Em outubro de 1998, as contas da INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administradas pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.42/00).

(3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Dívida das unidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.

(6) Dívidas recebidas em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(7) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Reine pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(10) Reine as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAR (Paraná), DATA PREV, INSEF e Diversas.

(11) Recursos recebidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCR, DP/CFDEP - Maranhão, SDR/MAARA SENAI, SENS, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP.

(12) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

Obs.: Hours, em relação às últimas publicações, excluída da rubrica Benefícios Previdenciários, e a colação de Devolução de Benefícios como investido da rubrica Total de Benefícios.



Tabela 2
Fluxo de Caixa - Ago/2002 (R\$ mil de Ago/2002 - INPC)

Itens de Receita e Despesa	Valores em mil R\$ de Ago/2002 - INPC							
	ago/01	jul/02	ago/02	Var. III/II	Var. III/I	Acum. Jan.	Acum. Jan.	Var. Acum.
	I	II	III	Em %	Em %	a ago-01 - IV	a ago-02 - V	V / IV Em %
1. SALDO INICIAL	1.727.019	1.917.962	1.568.097	(18,2)	(9,2)	1.565.667	1.552.920	(0,8)
2. RECEBIMENTOS	7.613.056	8.029.911	9.949.855	23,9	30,7	60.016.499	64.934.866	8,2
2.1. ARRECADACÃO	5.924.666	6.222.048	6.213.199	(0,1)	4,9	46.974.350	47.689.256	1,5
- Arrecadação Bancária	5.602.168	5.908.993	5.890.510	(0,3)	5,1	44.109.570	45.009.942	2,0
- SIMPLES ⁽¹⁾	228.213	218.560	240.074	9,8	5,2	1.741.333	1.771.460	1,7
- Programa de Recuperação Fiscal - REFIS ⁽²⁾	43.718	30.260	31.536	4,2	(27,9)	343.522	260.449	(24,2)
- Fundo Nacional de Saúde - FNS ⁽³⁾	1.212	1.159	1.031	(11,1)	(14,9)	9.384	9.338	(0,5)
- Certificados da Dívida Pública - CDP ⁽⁴⁾	1.243	1.544	-	(100,0)	(100,0)	59.429	56.027	(5,7)
- Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES ⁽⁵⁾	35.039	47.744	26.865	(43,7)	(23,3)	274.806	304.030	10,6
- Quitação de Dívidas ⁽⁶⁾	-	-	-	-	-	120.179	-	(100,0)
- Depósitos Judiciais ⁽⁷⁾	47.092	31.517	42.993	36,4	(8,7)	509.474	430.922	(15,4)
- Restituições de Arrecadação	(34.020)	(17.728)	(19.811)	11,7	(41,8)	(193.347)	(152.912)	(20,9)
2.2. RENDIMENTOS FINANCEIROS	5.355	2.203	4.381	98,8	(18,2)	33.743	30.077	(10,9)
2.3. OUTROS RECEBIMENTOS PRÓPRIOS	25.723	20.016	47.980	139,7	86,5	113.596	149.026	31,2
2.4. ANTECIPAÇÃO DE RECEITA (Tesouro Nacional) ⁽⁸⁾	(81.485)	1.108.404	101.102	(90,9)	(224,1)	(1.808.737)	2.248.232	(224,3)
2.5. TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	1.738.798	677.240	3.583.193	429,1	106,1	14.703.547	14.818.274	0,8
- Recursos Ordinários	191.696	98.302	297.830	203,0	55,4	1.080.120	2.162.018	100,2
- Saldo de Exercícios Anteriores	11.243	-	(278)	-	(102,5)	328.949	(795)	(100,2)
- Operações de Crédito Externa	-	-	-	-	-	-	-	-
- COFINS	848.168	187.962	2.116.498	1.026,0	149,5	8.023.828	7.711.699	(3,9)
- COFINS/LOAS	263.664	313.170	300.000	(4,2)	13,8	1.922.715	2.336.578	21,5
- COFINS/Desv. Imp. e Contrib. - EPU	56.880	49.528	42.000	(15,2)	(26,2)	490.642	413.126	(15,8)
- Devolução do Plano Seguridade Social (PSS) / PASEP / Outros	1.719	-	-	-	(100,0)	1.726	-	(100,0)
- Recursos Ordinários - Contrapartida	-	-	-	-	-	-	-	-
- Contrib. Social sobre Lucro	37.956	28.278	27.144	(4,0)	(28,5)	164.967	128.820	(21,9)
- Contrib. Provisória s/ Mov. Financeira - CPMF	327.469	-	800.000	-	144,3	2.690.601	2.066.827	(23,2)
3. PAGAMENTOS	7.728.857	8.366.291	8.256.248	(1,3)	6,8	59.881.287	72.966.768	21,9
3.1. PAGAMENTOS INSS	7.318.993	7.970.470	7.849.085	(1,5)	7,2	56.419.145	69.616.902	23,4
3.1.1. BENEFÍCIOS	6.966.308	7.500.048	7.464.450	(0,5)	7,2	53.175.345	66.535.751	25,1
- Total de Benefícios	7.012.649	7.546.216	7.501.881	(0,6)	7,0	53.540.248	66.939.888	
- Devolução de Benefícios	(46.341)	(46.167)	(37.430)	(18,9)	(19,2)	(364.904)	(404.137)	10,8
3.1.1.1. PREVIDENCIÁRIOS	6.650.354	7.152.487	7.117.169	(0,5)	7,0	50.771.250	63.801.511	25,7
3.1.1.2. NÃO-PREVIDENCIÁRIOS	315.954	347.561	347.282	(0,1)	9,9	2.404.095	2.734.240	13,7
3.1.2.1. EPU T.N.	52.649	45.446	44.944	(1,1)	(14,6)	485.778	442.635	(8,9)
3.1.2.2. LOAS	263.305	302.115	302.338	0,1	14,8	1.918.317	2.291.605	19,5
3.1.2. PESSOAL ⁽⁹⁾	218.913	371.188	269.567	(27,4)	23,1	1.981.010	2.245.516	13,4
3.1.3. CUSTEIO ⁽¹⁰⁾	133.771	99.233	115.068	16,0	(14,0)	1.262.790	835.635	(33,8)
3.2. TRANSF. A TERCEIROS ⁽¹¹⁾	409.865	395.821	407.164	2,9	(0,7)	3.462.142	3.349.865	(3,2)
4. ARRECADACÃO LÍQUIDA (2.1 - 3.2)	5.514.801	5.826.227	5.806.035	(0,3)	5,3	43.512.208	44.339.391	1,9
5. SALDO PREVIDENCIÁRIO (4 - 3.1.1.1)	(1.135.553)	(1.326.260)	(1.311.134)	(1,1)	15,5	(7.259.043)	(19.462.120)	168,1
6. SALDO ARREC. LÍQ. - BENEF. (4 - 3.1.1)	(1.451.507)	(1.673.821)	(1.658.415)	(0,9)	14,3	(9.663.137)	(22.196.360)	129,7
7. SALDO OPERACIONAL (2 - 3)	(115.802)	(336.380)	1.693.607	(603,5)	(1.562,5)	135.212	(8.031.902)	(6.040,2)
8. SALDO FINAL (1 + 2 - 3) ⁽¹²⁾	1.611.217	1.581.582	3.261.703	106,2	102,4	1.611.217	3.261.703	102,4

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: CGEP/SPS.

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Contribuição previdenciária arrecadada e transferida pela União.

(2) Arrecadação proveniente do Programa de Recuperação Fiscal, que promove a regularização de créditos da União, decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela SRF e pelo INSS (atual MP nº 2.004-6/00, regulamentado pelo Decreto nº 3.342/00).

(3) Dívida dos hospitais junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo Nacional de Saúde.

(4) Valor do resgate de CDP junto ao Tesouro Nacional.

(5) Dívida das universidades junto à Previdência repassada ao INSS através do Fundo de Incentivo ao Ensino Superior - FIES.

(6) Débitos recebidos em decorrência de Contrato de Assunção, Confissão e Compensação de Créditos.

(7) Retenção da parcela do crédito previdenciário das pessoas jurídicas que ingressam com ações contra a Previdência (Lei nº 9.709/98).

(8) Recursos antecipados pelo Tesouro Nacional para a cobertura de eventuais excessos de pagamentos sobre recebimentos.

(9) Reine pagamentos realizados a ativos, inativos e pensionistas do quadro do INSS.

(10) Reine as despesas operacionais consignadas nas seguintes contas: Serviços de Terceiros, Remuneração Bancária, ECT, Material, Administração e Patrimônio, GEAP (Patronal), DATAPREV, PASEP e Diversos.

(11) Recursos recolhidos pelo INSS e repassados aos seguintes órgãos: FNDE (salário educação), INCRA, DPC/DFEP - Marítimo, SDR/MAARA, SENAI, SESI, SENAC, SESC, SEBRAE, SENAR, SEST, SENAT, SESCOOP.

(12) O Saldo Final acumulado refere-se ao saldo final do último mês considerado.

Obs.: Houve, em relação às últimas publicações, exclusão da rubrica Benefícios Provisionados, e a colocação de Devolução de Benefícios como inversão da rubrica Total de Benefícios.

Tabela 3
Relação entre a Arrecadação Líquida e a Despesa com Benefícios
(R\$ milhões de Ago/2002 - INPC)

Valores em milhões R\$ de Ago/2002 - INPC

Período	Arrecadação Bruta	Transferências a	Arrecadação	Benefícios Previdenciários	Relação %	Saldo
	(1)	Terceiros	Líquida			
	(A)	(B)	C = (A - B)	(2) (3) (4) (5) (D)	E=(D/C)	F= (C - D)
Valores referentes ao acumulado até o mês de Agosto, a preços de Ago/2002 INPC						
1992	26.126	1.624	24.502	16.929	69	7.573
1993	28.580	2.063	26.517	25.013	94	1.504
1994	28.110	2.025	26.085	25.362	97	723
1995	36.556	3.139	33.416	32.218	96	1.199
1996	38.133	3.140	34.993	36.204	103	(1.211)
1997	41.131	3.044	38.088	38.602	101	(515)
1998	41.006	2.546	38.460	42.867	111	(4.407)
1999	41.289	2.744	38.545	45.071	117	(6.526)
2000	44.448	3.064	41.384	47.276	114	(5.893)
2001	46.974	3.462	43.512	50.771	117	(7.259)
2002	47.689	3.350	44.339	53.984	122	(9.644)
ago/00	5.832	371	5.461	6.162	113	(701)
set/00	5.654	405	5.249	6.222	119	(972)
out/00	5.627	393	5.235	6.295	120	(1.060)
nov/00	5.623	378	5.245	6.834	130	(1.589)
dez/00	9.233	376	8.857	11.219	127	(2.361)
jan/01	5.997	703	5.294	6.028	114	(734)
fev/01	5.819	369	5.451	6.046	111	(595)
mar/01	5.675	400	5.274	6.183	117	(909)
abr/01	5.799	417	5.382	6.150	114	(768)
mai/01	5.874	370	5.504	6.488	118	(984)
jun/01	5.993	384	5.609	6.492	116	(883)
jul/01	5.893	410	5.483	6.734	123	(1.251)
ago/01	5.925	410	5.515	6.650	121	(1.136)
set/01	5.714	376	5.338	6.542	123	(1.204)
out/01	5.838	377	5.461	6.489	119	(1.028)
nov/01	5.785	379	5.406	7.097	131	(1.691)
dez/01	9.461	391	9.070	11.906	131	(2.836)
jan/02	6.017	661	5.357	6.429	120	(1.072)
fev/02	5.748	353	5.395	6.509	121	(1.115)
mar/02	5.725	367	5.358	6.534	122	(1.175)
abr/02	5.898	380	5.518	6.589	119	(1.071)
mai/02	6.070	387	5.683	6.783	119	(1.100)
jun/02	5.795	399	5.396	6.870	127	(1.474)
jul/02	6.222	396	5.826	7.152	123	(1.326)
ago/02	6.213	407	5.806	7.117	123	(1.311)

Fonte: CGF/INSS.

Elaboração: CGEP/SPS

Obs. Em outubro de 1998, as contas do INSS foram centralizadas na conta única do Tesouro Nacional.

(1) Inclui Arrecadação do SIMPLES. A partir de 1999, inclui as restituições de arrecadação.

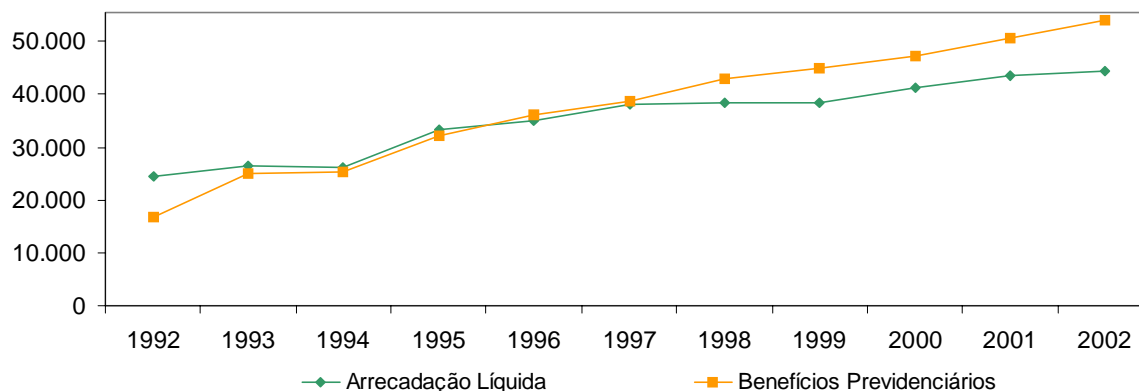
(2) Para os anos de 1990 a 1993, estão sendo considerados os benefícios totais, isto é, previdenciários + especiais (EPU). A partir de 1994, consideram-se apenas os benefícios previdenciários.

(3) A partir de 1999, considera-se a devolução de benefícios.

(4) Nos meses de janeiro a julho de 1999, inclui valores de Imposto de Renda (IR) de benefícios previdenciários que foram provenientes de emissões de DARF sem transferência de recursos.

(5) Em Out/97, não foram provisionados recursos para pagamento de benefícios no montante de R\$ 2,288 bilhões, os quais foram pagos pela rede bancária, segundo acordo firmado com o INSS.

Arrecadação Líquida X Despesa com Benefícios
(acumulados até o mês de agosto de cada ano, em R\$ milhões de ago/02 - INPC)





REMETENTE: Secretaria de Previdência Social
Esplanada dos Ministérios
Bloco "F", 7º andar, sala 750
Tels.: (0XX61) 317-5011
Fax: (0XX61) 317-5408
e-mail: cgeps.sps@df.previdenciasocial.gov.br
70 059-900 – Brasília-DF



IMPRESSO